

## A METAFÍSICA ORIGINAL DE LEIBNIZ<sup>399</sup>

Francesco Barone

Tradução: William de Siqueira Piauú, Rayane Ribeiro Santos, Hudson Canuto e  
Camille Marie<sup>400</sup>

É um grande mérito dos estudos históricos – que se seguiram, como reação, ao florescimento da interpretação logicista – sobre o ambiente, a formação, as fontes e os autores preferidos do jovem Leibniz, a contribuição para o esclarecimento das concepções sobre as quais repousa o componente “metafísico-real” da lógica de Leibniz. O que inicialmente poderia parecer [apenas] uma pesquisa erudita, ao contrário, teve, à medida que foram se desenvolvendo, um peso decisivo no redimensionamento das interpretações: e, para a lógica de Leibniz, isso é tanto mais evidente quanto os temas essenciais, como reconhecidos pelo autor e foram também apoiado pelos “logicistas”, já estão presentes <sup>401</sup> nos escritos juvenis e, em particular, na [*Dissertação*] *sobre a arte combinatória*<sup>402</sup>.

O ambiente em que o jovem Leibniz foi formado, na universidade de Leipzig a partir de 1661, e por algum tempo, em 1663, em Iena, é o tão complexo e variado da Alemanha barroca,

---

<sup>399</sup> Trata-se da tradução, a partir do italiano, da seção 3 “*La metafisica originaria del Leibniz*” (p. XXV-XLVII) da *Introduzione*, da obra em dois volumes LEIBNIZ, G. W. *Scritti di logica*. Roma: Bari: Ed. Laterza, 1992. Vale lembrar que a coletânea de textos sobre a lógica de Leibniz organizada por Barone está separada quase um século das obras de Russell e Couturat e que, por isso, assim como conta com uma vasta gama de textos que não eram conhecidos deles bem também sua introdução é uma das tentativas mais atuais de conferir corpo a textos produzidos em épocas muito distintas e muito diferentes, para os leitores brasileiros indicamos o volume 5 “Lengua universal, característica y lógica” da *G. W. Leibniz – Obras filosóficas e científicas de Leibniz* (Editorial Comares, 2013), bem como os volumes 7A e 7B que contém os *Escritos matemáticos*, onde está incluído, dentre muitos outros importantes, a *De arte combinatoria*; muito em breve esperamos colaborar com tais edições com o nosso livro *Leibniz e a linguagem (II): línguas artificiais, lógica e matemática* que está quase pronto para ser publicado (N.T.).

<sup>400</sup> PIAUÍ, W. S. (e-mail: [piauiusp@gmail.com](mailto:piauiusp@gmail.com)), doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo e atualmente professor do Programa de Pós Graduação em Filosofia e do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Sergipe, coordenador do GEFILUFS; SANTOS, Rayane R. (e-mail: [rayribeiro@academico.ufs.br](mailto:rayribeiro@academico.ufs.br)), mestranda pela Universidade Federal de Sergipe e membro do GEFILUFS; CANUTO, Húdson (e-mail: [hudson.canuto@ifal.edu.br](mailto:hudson.canuto@ifal.edu.br)), mestre pela Universidade Federal de Sergipe, membro do GEFILUFS, professor do Instituto Federal de Alagoas e MARIE, Camille, aluna do curso de Licenciatura em Filosofia da UFS (e-mail: [camille.marie.ns@gmail.com](mailto:camille.marie.ns@gmail.com)).

<sup>401</sup> Aqui há o termo *impletso*, que cuidado não devesse ser omitido.

<sup>402</sup> Há uma primeira tentativa de tradução, ainda com muitos problemas é verdade, da obra mencionada que foi feita praticamente dentro das atividades desenvolvidas no GEFILUFS e que foi apresentada como dissertação de mestrado do aluno do PPGF Marcos Deyvinson Damascena, ela se encontra disponível no banco de dissertações da UFS e pretendemos publicá-la, com a revisão que ela merece, muito em breve (N.E.).

na qual se entrelaçam e se fundem tradições do pensamento escolástico antigo e contemporâneo, motivos da mais típica cultura renascentista e da necessidade de abertura à nova ciência e à nova filosofia. Dedicado aos estudos de filosofia, direito, matemática e dominado por um desejo ilimitado de conhecimento, Leibniz acolhe desde o início as várias vozes, esforçando-se por reuni-las harmoniosamente. A partir de 1665 ele optará, em oposição às doutrinas das “formas substanciais”, por uma filosofia natural atomístico-mecanicista que se desenvolverá, após o estudo da teoria hobbesiana do *conatus* e das leis do impacto de Wren e de Huygens, por uma concepção matemático-legal da física, porém combinada com uma interpretação metafísica para o significado espiritual dado ao *conatus*: mas ele já está preparado para esta opção pelo conhecimento da escolástica aristotélica e nominalista – que lhe vem de seus professores em Leipzig, Thomasius e Scherzer – e, por outro lado, pela profunda impressão que lhe causou, especialmente a partir de Weigel, seu professor de matemática em Iena, e a partir das obras de Bisterfeld, por uma concepção platônico-pitagórica da matemática, que é um instrumento de penetração nos mais íntimos delineamentos da realidade, à medida que é constitutiva onticamente de sua estrutura.

Por um lado, portanto, o jovem Leibniz encontrou, em seu estudo do aristotelismo e da escolástica, o estímulo para o gosto pela pesquisa lógica; e, principalmente, pelo conhecimento das teorias gnoseológico-metafísicas do aristotelismo tradicional, das revisões propostas pelo aristotelismo paduano, das teses conciliatórias do pensamento suareziano – motivos todos presentes, que se encontram e se chocam na cultura alemã seiscentista – que ele vinha elaborando uma doutrina lógico-ontológica que rejeitava o realismo extremo dos universais, a existência de formas substanciais, mas inclinava-se para um realismo moderado, segundo o qual a existência pertence apenas aos indivíduos, mas o universal não é uma mera entidade da razão sem qualquer fundamento ôntico. Por outro lado, além disso, ele encontrou nas doutrinas platônico-pitagóricas da matemática – certamente relacionado com a metafísica kepleriana da harmonia, mas também tendo uma tradição mais ampla de pensamentos fora da Alemanha, que remonta aos ideais da pansofia, passando pelas artes mnemotécnicas e pelas reformas renascentistas da lógica, até a combinatória e a cabalística luliana – que melhor lhe permitiram especificar o sentido do realismo moderado, conforme indicavam, na estrutura matemática e na proporção das relações, o fundamento ideal inerente ao real e a justificação do procedimento abstrativo e discursivo.

De fato, são essas as razões que transparecem do primeiro escrito de Leibniz, a *Disputatio metaphysica de principio individui* [*Debate metafísico sobre o princípio de individuação*], que ele publicou em 1663 para a obtenção do grau de bacharel em filosofia em Leipzig: pois se dela emerge a convicção, que sempre permanecerá firme no pensamento de Leibniz<sup>403</sup>, de que a substancialidade pertence apenas aos entes substâncias individuais e que na realidade só existem substâncias individuais, surge já a convicção de que o universal tem um alcance ôntico e um caráter matemático: “as essências das coisas são como os números” e “as essências das coisas só são eternas na medida em que são em Deus”, soam de fato o terceiro e o quarto dos corolários que encerram a *Disputatio*.

Mas é apenas a *Dissertatio de arte combinatoria* – na qual funde e reelabora a *Disputatio arithmetica de complexionibus* [*Debate aritmético – ou a partir da aritmética – sobre as complexões*], apresentada no mesmo ano à faculdade lipsiense para aí conseguir a docência – que representa efetivamente o *somatório* dos conceitos elaborados nos anos de sua juventude e a tentativa de implementá-los para mostrar sua fertilidade. O subtítulo já revela o seu ambicioso programa, pois se trata de construir, a partir de fundamentos aritméticos, e através de novas regras, “a doutrina das combinações e permutações”, de “mostrar a utilização de ambas através do universo mundial das ciências” e também de semear “novas sementes da arte de pensar, isto é, da lógica da invenção”. A concretização do programa surpreende e desconcerta o leitor moderno, pela construção verdadeiramente “barroca” do todo, pela ostentação de erudição, embora em parte explicável tendo em vista o destino acadêmico da obra, pela contínua peregrinação em extravagantes exemplificações de combinatória. Quando se arrisca a superar este primeiro desconcerto, o desenho da obra apresenta-se ainda assim preciso e bem articulado em torno de dois temas fundamentais: uma parte, a dos *problemata*<sup>404</sup>, mais estritamente matemática e relativa à teoria das combinações, e uma outra parte, a dos *usus*, concernente às aplicações já comprovadas ou possíveis da própria teoria. A parte pequenina, nem sequer original para a época – mas notável pela sua agudeza, apesar das imperfeições e imprecisões, dada a conhecida limitação da preparação matemática de Leibniz antes da sua estada em Paris, iniciada em 1672, e dos seus contatos com Huygens – investiga o número de combinações de  $m$  objetos até  $n$ , [ou seja,] de todas as combinações possíveis com  $m$  objetos, de combinações

---

<sup>403</sup> Como ficará patente na tradução do Cap. XI do livro IV dos Novos ensaios que fizemos incluir no presente volume (N.E.).

<sup>404</sup> Leia-se *problémata*, plural da palavra grega latinizada *probléma*, em lugar na latina *quaestio*.

de classes com um determinado número de elementos; esboça uma teoria das permutações, de permutações circulares e de permutações com repetição, e foca no cálculo das permutações de um dado conjunto de objetos, que contém uma dada permutação. Os três últimos problemas tratam das variações, ou seja, das combinações e permutações, úteis e inúteis, que levam em conta, portanto, não apenas a forma combinatória, mas também o material sobre o qual é aplicada: com elas, portanto, já estamos no nível de aplicações, que Leibniz também intercala ao tratamento de *problemata* [, de problemas] individuais, e que se estendem a todos os campos do conhecimento. As coisas que são ou podem ser pensadas são compostas de partes reais ou conceituais, de modo que sua diversidade depende ou da diversidade das partes ou da diferença em seus arranjos: daí a aplicabilidade universal na teoria das variações, que explica, por meio das combinações, a diversidade segundo a matéria, e, através dos arranjos e das permutações, a diversidade segundo a forma. As aplicações mencionadas por Leibniz são as mais variadas: vão desde o tratamento combinatório da silogística até a dedução dos quatro elementos tradicionais através da combinação das qualidades primárias de seco, frio, úmido e quente; da análise de conceitos e símbolos relacionados, para obter todas as verdades que podem ser formuladas através da união de noções simples, à distinção e divisão de casos jurídicos; da classificação das espécies de números ao cálculo de registros musicais; da construção axiomática das ciências às *jucundae contemplationes* [*contemplações felizes*] em que lidamos quer com os anagramas e as disposições dos convidados à volta da mesa, quer com o “mar de melodias” que fluem da permutação de notas musicais ou jogos poéticos com versos multiformes.

Esse conglomerado de considerações, do qual até mesmo Leibniz está ciente, e que parece não sem razão por demais sem meta para o leitor moderno, não o é, entretanto, para o autor. Ele declara de fato explicitamente (§ 33) que ninguém poderá acusá-lo de desviar-se do tema proposto quando se viu que “todas as coisas brotam da doutrina íntima das variações, que por si só guia a mente em conformidade com ela quase através de todo o infinito; e ao mesmo tempo abarca a harmonia do mundo, as estruturas íntimas das coisas, a série das formas”. “A incrível utilidade desta doutrina será finalmente avaliada com razão pela filosofia perfeita, ou quase perfeita”, pois esta é a única forma “de penetrar *in arcana naturae*”<sup>405</sup>, nas pegadas já indicadas por Kepler, pois “todas as coisas devem ser deduzidas da doutrina metafísica da relação do ente com o ente” (§ 85). A este respeito, Leibniz recorda a doutrina exposta pelo

---

<sup>405</sup> *In aracana naturae*, expressão latina para *nos arcanos da natureza*, em seus segredos.

“muito sólido” Giovanni Enrico Bisterfeld no *Phosphorus Catholicus* (1657), inteiramente fundada “na imediação e na circulação universal de tudo em tudo”, e cujos princípios são as relações. Os antecedentes doutrinários e a visão de mundo que sustentam o projeto de arte combinatória são suficientemente claros; poderia servir-lhes de mote as palavras que o próprio Leibniz escreveu vários anos depois (talvez por volta de 1680) num ensaio em que esboça as vicissitudes do seu pensamento lógico, e que recebeu de um dos editores, Erdmann, o sugestivo título de *Historia et commendatio linguae charactericae universalis* [*História e elogio da língua característica universal*]: “É um ditado antigo que Deus criou todas as coisas de acordo com peso, medida e número. No entanto, há coisas que não se podem pesar, isto é, aquelas que não têm força nem poder [ou potência]; há também algumas que, sendo desprovidas de partes, não são, portanto, suscetíveis de medição. Mas não há nada que não esteja subordinado ao número. Portanto, o número é quase uma figura metafísica, e a Aritmética é uma espécie de estática do universo, por meio da qual se investigam as potências das coisas”. Desde os tempos de Pitágoras, o sentido metafísico da matemática estava enraizado na cultura ocidental, mas “ignorando-se a verdadeira chave do arcano, os investigadores mais atentos caíram em futilidades e superstições, das quais se originou uma espécie de Cabala popular, muito distante daquela real, e uma multidão de tolices falsamente chamadas de magia, das quais tantos livros estão cheios”.

Resulta, assim, não apenas o matematismo metafísico, ponto de partida da pesquisa de Leibniz, mas também o elemento original e novo que ele introduz na concepção tradicional platônico-pitagórica, para clarificá-la e racionalizá-la, fora de qualquer misticismo confuso e mágico: isso vem de sua engenhosidade matemática, mesmo que neste período ainda não corresponda a uma preparação adequada, de seu senso de construção formal, que se manifesta no esforço construtivo de uma rigorosa teoria da combinatória, e na importância dada às aplicações estritamente lógicas. A parte técnica dos *problemata* e a base metafísica sobre a qual ela repousa não são para Leibniz um contraste, mas elementos que se integram mutuamente: desde a *Dissertatio* dois temas estão surgindo que permanecerão constantes no pensamento de Leibniz, influenciando o quadro de todas as suas pesquisas lógicas.

A determinação da metafísica juvenil de Leibniz não seria completa se não levasse em conta alguns esclarecimentos que a própria *Dissertatio* oferece a respeito da metafísica e, em particular, da metafísica do número. No próêmio ele se propõe a determinar o conceito de número a partir das afecções muito gerais da entidade, qualidade, quantidade e relação.

Enquanto a primeira afecção é absoluta, as outras são relativas; e como a relação é o modo de uma coisa em relação a outra, também a quantidade – o modo de uma coisa em relação a uma de suas partes – pode ser considerada como uma relação da coisa em relação à própria parte. O número, como “todo abstraído das unidades”, é aquele tipo particular de relação que é a união das coisas como partes de um todo, “algo muito universal”, “uma certa figura incorpórea nascida da união de quaisquer entidades”. O número – sobre o qual repousa a doutrina das compleições e permutações – portanto, pertence à metafísica, se por ela entendemos a doutrina do “que é comum a todos os tipos de entidades”; e a metafísica, que trata dos entes e seus afetos (mais ou menos gerais), os considera como não entidades, assim como os afetos do corpo não são corpos. A presença de expressões como “abstrato” e “figura incorpórea” em relação ao número, a negação da “identidade” dos afetos do ente, com a afirmação implícita da individualidade exclusiva dos entes, pode sugerir uma interpretação nominalista do tratamento leibniziano dos universais. Tanto mais que no decorrer da *Dissertatio* recorda a propósito da arte combinatória “aquele mais profundo escrutinador dos princípios de todas as coisas que foi Thomas Hobbes”, e a sua afirmação de que “todo trabalho da nossa mente é cálculo” (§ 63). Mas como conciliar esse nominalismo básico com a metafísica platônico-pitagórica que vimos se manifestar em tantas direções? Não há aqui uma cesura intransponível, que impõe a crença de que uma das duas orientações de pensamento não é autêntica? Certamente não se pode ignorar, quando se conhece os escritos de Leibniz, as expressões manifestamente ontológicas; mas quando se acredita, como aconteceu nos anos cinquenta<sup>406</sup>, que existe no jovem Leibniz um “apego pertinaz” ao pensamento nominalista, somos forçados a considerar tais expressões como meras concessões oportunistas de Leibniz às doutrinas de alguns dos seus mestres e à cultura “muito atrasada” da Alemanha do século XVII.

Existem algumas razões muito simples, que já por si só mostram a insustentabilidade dessa interpretação, mesmo quando se acredita poder falar de uma cesura entre o nominalismo presumido e a metafísica platônico-pitagórica. Por qual razão a autenticidade não poderia pertencer a este último, e o “nominalismo” ao invés, argumentando da mesma forma, uma mera manifestação de entusiasmo por um autor, como Hobbes, recentemente descoberto pelo jovem

---

<sup>406</sup> Cf. por exemplo, A. Corsano, *Leibniz*, Libr. Scient. Edit., Nápoles, 1952, e a análise a F. Barone, *Logica formale e logica trascendentale*, I, *cit.*, in «Rivista critica di Storia della Filosofia», 4, 1957, p. 495. A respeito de tais questões vejam-se as observações críticas de P. Rossi, in *Clavis universalis*, Il Mulino, Bolonha, 1983, p. 280. [Notas do autor]

Leibniz? E não é verdade que as citações de Hobbes são muito frequentes em Leibniz – tanto em seus escritos juvenis quanto nos de sua maturidade – e que nelas a admiração sempre se combina com a crítica de seu nominalismo ou “super nominalismo”, como é chamado no prefácio a Nizolio<sup>407</sup>? Ou talvez seja suficiente criticar e rejeitar o realismo dos universais para se tornar *tout court* um nominalista? Por outro lado, as expressões típicas da metafísica platônico-pitagórica não aparecem apenas na *Dissertatio*, mas, como vimos no exemplo da *História e do elogio da linguagem característica [universal]*, também em escritos muito mais maduros, por isso não é válido qualquer condicionamento externo, acadêmico ou retórico, por parte da cultura alemã da época – que, aliás, como foi demonstrado ainda recentemente, entre nós, com agudeza – de modo algum tem a propriedade exclusiva dos temas da referida metafísica, bem presentes em toda a cultura europeia.

No entanto, há algo mais: isto é, o fato de que o contraste entre nominalismo e concepção ontológica é mais uma construção que realidade, e não se baseia nos textos de Leibniz, mas em um prejudicial mal-entendido deles. As expressões que, na *Dissertatio*, podem sugerir inclinações nominalistas apenas retomam a polêmica contra a metafísica das formas substanciais, já presente na *Disputatio* de 1663; e a própria *Dissertatio* explicitamente confirma (§ 53) que o trabalho de abstração e conceituação não é pretendido por Leibniz em um sentido nominalista: “Tanto é fecundo em abstrair nossa alma que ela pode, não importa quantas coisas dadas, encontrar o gênero deles, ou seja, o conceito comum a essas coisas únicas e a nada mais que elas. Com efeito, ainda que não o encontre, Deus o saberá, os anjos o encontrarão; portanto, um fundamento de todas essas abstrações pré-existirá”. A insubstancialidade dos gêneros não os reduz a nomes: eles têm um fundamento ôntico, que garante a validade da conceituação: é o “conhecimento de Deus”, a presença eterna da ideia-essência, que é número, razão, proporção, ao mesmo tempo o princípio fundador da ordem da criação real e a justificação metafísica da computação aritmética.

O caráter não-nominalista das concepções originais de Leibniz é, aliás, cada vez mais confirmado quando também consideramos outros escritos certamente pertencentes ao seu período juvenil, ou seja, anteriores à sua estada em Paris e às suas viagens à Inglaterra, que

---

<sup>407</sup> Como já o indicamos, o texto mencionado foi estudado nas reuniões do GEFILUFS e se encontra traduzido, cf. LEIBNIZ, G. W. *Dissertação sobre o estilo filosófico de Mário Nizólio* (1670). Tradução de Hudson Canuto. São Cristóvão. *O Manguetal – Revista de Filosofia*, v. 2, n.9, pp. 49-96, 2021. Valeria a pena comparar a leitura de Francesco Barone com a de Benson Mates que está dois textos para trás (N.E.).

marcam uma virada decisiva no pensamento do nosso autor e a passagem para a fase da maturidade – pois, embora originários do ingresso de Leibniz na carreira diplomática – incluem os anos de formação e descobertas matemáticas, de apropriação de ferramentas para o conhecimento natural e de contato com as mais vivas correntes do pensamento europeu. Nesta perspectiva, tem certamente um valor exemplar a carta de maio de 1671 a Wedderkopf, que, inspirada pelo esclarecimento do sentido dos acontecimentos necessários, remonta às razões da vontade e do intelecto divinos, indicando o motivo deste último ser a “harmonia das coisas”. E não há [outra] razão da harmonia: “Quanto ao fato de a razão de 2 para 4 ser igual à de 4 para 8 não pode ser dada razão alguma, nem mesmo buscando-a na vontade divina. Isso depende da própria essência ou ideia das coisas. De fato, as essências das coisas são números e contêm a mesma possibilidade que as entidades, que não são criadas por Deus, que em vez disso cria sua existência, pois essas mesmas possibilidades, isto é, as ideias das coisas, coincidem com o próprio Deus”. Além desta carta, no entanto, outro escrito antigo e mais amplo é fortemente indicativo: o prefácio à reedição do *De veris principiis et vera ratione philosophandi contra pseudo-philosophos* [*Sobre os verdadeiros princípios e a verdadeira razão de filosofar contra os pseudo filósofos*] do humanista italiano Mário Nizólio, editado por Leibniz em 1670. E isso é tanto mais singular quanto os partidários do nominalismo leibniziano, às vezes, se valerem desse prefácio, fascinados pelo fato de Nizólio ser indubitavelmente um nominalista e inclinados a concluir, aparentemente, que um nominalista não pode ser estudado até o ponto de republicar as obras a não ser por um nominalista e meio.

O prefácio de Leibniz a Nizólio, na verdade, prova a suposição oposta. O interesse de nosso autor pelo humanista italiano tem raízes profundas: ele se move, de fato, de uma concordância de avaliações sobre o estilo de filosofar e a linguagem filosófica, avaliações que se opõem à terminologia bárbara e enlouquecedoramente esotérica de uma escolástica decadente, que afeta a clareza e a consistência não apenas da fala, mas também do pensamento; mas, no entanto, aprofunda-se em concordância com alguns temas da crítica de Nizólio, que Leibniz considera condizentes com suas propostas de renovação da filosofia contemporânea. Nizólio é um dos autores que sintetiza as críticas do humanismo à concepção aristotélica tradicional do conhecimento: se, como é indiscutível, para Aristóteles a sensação é aquilo de onde se desenvolve “naturalmente” todo o processo cognitivo (recordemos o capítulo final dos *Analíticos segundos*), como é possível a transição das espécies sensíveis às inteligíveis? Não há um contraste entre o fim atribuído à ciência, o conhecimento do universal, e os meios

estabelecidos para alcançá-lo? Não é precisamente a base da doutrina aristotélica que torna impossível o conhecimento e, em última análise, também a admissibilidade das formas substanciais? Este foi o caminho já percorrido por Giovanni Francesco Pico della Mirandola, também mencionado por Leibniz em seu prefácio, e é o caminho que conduz à crítica empirista radical de Nizólio e ao seu nominalismo, segundo o qual a realidade dos universais é uma suposição arbitrária, e eles devem ser entendidos não como a natureza comum e última das coisas, obtida deixando de lado as determinações particulares dos indivíduos, mas como expressões linguísticas que resumem nossas experiências individuais. O notável contraste aristotélico entre os meios e o fim do conhecimento é assim resolvido com a eliminação deste último, com a negação da ciência como conhecimento do universal. Leibniz sente a importância e a atualidade da posição de Nizólio e, em geral, das tendências nominalistas antigas e recentes: ele compartilha a contribuição que eles dão à nova filosofia reformada, para a qual ele também quer contribuir, especialmente para o uso muito proveitoso da “navalha” de Occam nas explicações naturais e pela oposição a qualquer tendência de substanciar e entificar os objetos universais do pensamento. Nesse sentido Nizólio é adequado à época, mas também somente neste sentido: o acordo de Leibniz não vai além, não pode ir até as premissas básicas do nominalismo, [ou seja, não pode ir até] a resolução do contraste aristotélico pela eliminação do valor de universalidade da ciência e a aceitação exclusiva do empirismo<sup>408</sup>. Isso significaria ceder ao ceticismo. Assim compreendemos a sua declaração da insustentabilidade da posição hobbesiana, que também reduz a verdade a nomes, pois na aritmética, como nas outras ciências, “as verdades permanecem as mesmas ainda que os sinais mudem”; e assim também compreendemos sua indicação precisa dos “erros” de Nizólio: eles não dizem respeito apenas à interpretação filologicamente incorreta de Aristóteles, ao que Nizólio atribui, como a maioria dos humanistas, as faltas que pertencem essencialmente aos aristotélicos, mas também são denunciadas por Leibniz precisamente no que diz respeito à concepção de Nizólio do universal como “coletivo”. Pois, se os universais nada mais fossem do que coleções de indivíduos, a própria indução – que mesmo o empirismo e o nominalismo indicam como o único procedimento válido – não poderia atingir não só a certeza científica, mas tampouco a [certeza] moral: são para ela necessários aqueles “*adminicula ratiōnis*”<sup>409</sup> que não dependem da indução,

---

<sup>408</sup> Não é exatamente esse gesto que se repete uma infinidade de vezes nos Novos ensaios, especialmente nos livros II e IV, quando a questão é se opor ao empirismo e nominalismo de Locke? (N.E.).

<sup>409</sup> Os *adminicula ratiōnis* são os sustentáculos da razão (N.T.).

mas “da razão universal”. E é a ela, e às suas estruturas matemáticas, que se confia a certeza perfeita: ainda que o prefácio não se detenha no assunto, é fácil reconhecer aqui a abertura para a já conhecida metafísica matematizante: o caminho do qual Leibniz tinha se apropriado para evitar as dificuldades tanto da hipóstase dos universais quanto do empirismo nominalista.

Essa concepção metafísica básica é refinada, mas não muda, mesmo após as novas experiências de pensamento feitas por Leibniz durante o período parisiense. O que já havia na *Dissertatio* era a necessidade de a concepção platônico-pitagórica do mundo não se desviar para o magismo da cabala vulgar<sup>410</sup>, mas se integrar ao aprofundamento científico da pesquisa matemática, agora é fortalecido e tornado mais penetrante pelo novo conhecimento direto nesta área. O fundamento matemático da realidade é visto cada vez mais não nas misteriosas propriedades dos números-essência, mas naquelas características de estrutura, naquelas teias de relações que estão no centro das considerações matemáticas. Testemunho fundamental neste sentido é o *Dialogus* [*Diálogo*, G. VII, 190-93,] composto em 1677 (e com ele a breve nota *Quid sit idea* [*O que é a ideia*<sup>411</sup>]), em que Leibniz parte da consideração da verdade e da falsidade como “propriedades de proposições ou pensamentos”, para voltar ao problema do valor objetivo da própria verdade. O aspecto original de seu exame consiste principalmente na ligação muito estreita que ele estabelece entre pensamento e linguagem: pensar é simbolizar, e mesmo que o ato de pensar nem sempre ocorra nas palavras das línguas faladas historicamente[, os idiomas], não pode, todavia, ocorrer fora de qualquer expressão sígnica. Se assim for, porém, não caímos em um convencionalismo relativista em relação à verdade, pois é uma propriedade do pensamento, que o pensamento seja atualizado linguisticamente e que toda expressão simbólica tenha em si um momento arbitrário na constituição de sinais?

Também neste caso houve um mal-entendido entre alguns intérpretes que levou a confundir esta formulação de uma hipótese com uma convicção do próprio Leibniz, encontrando assim a confirmação do suposto nominalismo. Mas que se trata de um equívoco decorre sem dúvida do texto de Leibniz, que não se esgota na formulação da hipótese nominalista-convencionalista – claramente atribuída a Hobbes – mas que, a partir dela e do problema efetivamente proposto, se volta antes para uma resposta pessoal de orientação

---

<sup>410</sup> Para uma introdução ao assunto leia-se nosso livro *INTOLERÂNCIA FILOSÓFICO-RELIGIOSA OU TEOLÓGICO-POLÍTICA EM LEIBNIZ: o caso da “filosofia dos hebreus”*. BRITO, Rodrigo Pinto de e PIAUÍ, William de Siqueira Piauí (Org.), Curitiba: PR: Editora CRV, 2024 (N.E.).

<sup>411</sup> Existe uma tradução de Carlos Lopes de Mattos desse texto na coleção Os pensadores volume Leibniz (N.T.).

claramente diferente. “Observo, porém, que se os caracteres podem ser usados para raciocinar, há neles alguma disposição complexa, alguma ordem que convém às coisas, se não em palavras individuais (embora fosse preferível que também houvesse isso), pelo menos em sua conexão e sua inflexão. E essa ordem variada, no entanto, tem correspondência, de alguma forma, em todos os idiomas. E isso me dá esperança para sair da dificuldade. Pois, embora os caracteres sejam arbitrários, seu uso e suas conexões têm algo de não arbitrário, a saber, alguma proporção entre caracteres e coisas, e as relações que diferentes caracteres têm entre si que expressam as mesmas coisas. E essa proporção ou relação é o fundamento da verdade. Isso, com efeito, faz que, quer usemos estes ou aqueles caracteres, o resultado seja sempre idêntico, ou equivalente, ou correspondente em proporção. Embora o uso de caracteres seja sempre necessário para pensar”.

O leitor de hoje, com sua experiência cultural dos desenvolvimentos dos estudos sobre lógica do século XX, sente toda a profunda sugestão das páginas do *Dialogus*. Delas transparece a figura de um Leibniz “lógico”, interessante não só pelas “antecipações” técnicas, mas também pela reflexão puramente filosófica sobre o seu significado, reflexão que foi e é também exercida por algumas das mais vivas tendências do pensamento do nosso século[, o XX]. A afirmação da natureza linguística do pensamento, do caráter estrutural e não atomístico da expressão simbólica, da natureza estrutural do símbolo como fundamento de sua capacidade figurativa, não pode deixar de sugerir as analogias entre o problema de Leibniz e esse complexo de problemas que foram debatidos, para citar apenas alguns dos nomes mais conhecidos, por Wittgenstein do *Tractatus logico-philosophicus* e por Carnap do *Logische Syntax der Sprache*. A oposição leibniziana entre o nominalismo de Hobbes e a concepção que garante a validade do simbolismo através da sua correspondência “relacional” com o mundo, tem já em si – tendo devidamente em conta a perspectiva histórica – a problemática oposição entre o radical convencionalismo linguístico carnapiano e o realismo “lógico” de Wittgenstein. E quaisquer que sejam os méritos indubitáveis do convencionalismo contemporâneo no desenvolvimento técnico da lógica e também para a reflexão sobre ela, é igualmente certo que o problema colocado por Wittgenstein, com sua concepção da linguagem como representação projetiva da realidade, representa ainda hoje, apesar das dificuldades que enfrenta, um alerta oportuno contra a tentação de fazer do convencionalismo a chave conveniente para resolver todos os problemas e de deixar a análise linguística flutuar no vazio. A atualidade de Wittgenstein é também, nesta perspectiva, a atualidade de Leibniz, pois a página citada do *Dialogus* está em pleno acordo

com alguns aforismos centrais do *Tractatus* (como, por exemplo, 2.18 e 3.21): “O que toda imagem, seja qual for a forma, deve ter em comum com a realidade para poder representá-la – corretamente ou incorretamente – é a forma lógica, ou seja, a forma da realidade”, e “A configuração dos signos simples no signo proposicional corresponde à configuração dos objetos na situação real das coisas”.

Esta concordância [com isso,] poderia significar para a concepção de Leibniz a presença não apenas de um cenário problemático sugestivo, mas também das dificuldades encontradas pelas soluções específicas de Wittgenstein? Talvez, mas adiando por enquanto o exame desse aspecto teórico, não há dúvida de que o *Dialogus* também confirma a situação histórica que já vimos expressa de várias maneiras: a convicção original leibniziana, no máximo refinada pelo conhecimento de ferramentas matemáticas, que a descoberta de um novo processo de cálculo, ou de uma ferramenta dedutiva, não é uma simples aquisição metodológica do patrimônio da razão humana, aquisição de validade e aplicabilidade relativa, mas adquire o significado de uma descoberta metafísica absoluta, torna-se a chave para a penetração ontológica dos mistérios do ideal e do real.